

ÍNDICE

PARTE I — DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO

CAPÍTULO I — Fundamentos e Formação Histórica do Direito do Trabalho. Tendências Atuais do Direito do Trabalho. Flexibilização e Garantias Mínimas	51
1. Introdução	51
2. O trabalho na Antigüidade	53
2.1. <i>Locatio conductio: rei, operis e operarum</i> no mundo romano	54
3. Idade Média	56
4. O regime liberal	58
5. Conseqüências da revolução industrial responsáveis pelo aparecimento do Direito do Trabalho	61
5.1. Sumário da evolução histórica do Direito do Trabalho	65
6. Evolução histórica do Direito do Trabalho no Brasil	67
6.1. O Direito do Trabalho à luz das Constituições brasileiras	68
7. Tendências atuais do Direito do Trabalho. Flexibilização e garantias mínimas ...	81
7.1. Introdução	81
7.2. Flexibilização. Momento histórico. Tipos	83
7.2.1. Flexibilização e desregulamentação heterônoma. Flexibilização autônoma	84
7.2.2. Desregulamentação e o trabalho da mulher	85
CAPÍTULO II — Direito do Trabalho: Denominação. Conceito. Características. Divisão. Natureza Jurídica. Função. Relação com Outras Disciplinas. Autonomia	88
CAPÍTULO III — Fontes do Direito do Trabalho. Conceito. Classificação e Hierarquia. Conflitos e suas Soluções	99
1. Conceito	99
2. Classificação	99
2.1. Fontes formais	101

3. A lei como principal fonte formal	102
3.1. Classificação das leis	103
a) Quanto à hierarquia	103
b) Natureza	105
c) Forma técnica	105
d) Força obrigatória	106
3.2. Fontes formais de origem estatal	106
3.3. Eficácia da lei. Cessação. Revogação. Derrogação e ab-rogação	108
3.4. Fontes internacionais	110
3.4.1. Efetividade das normas internacionais	114
3.5. Ordem jurídica comunitária	116
4. Sentença normativa	118
5. Convenções coletivas e acordos coletivos como fontes formais de origem profissional ou aut�nomas. A recusa do s�ndicato profissional na celebração de acordo coletivo e a interferência da Justiça do Trabalho	119
5.1. Eficácia no tempo das vantagens inseridas em acordos e convenções coletivas. Ultratividade da norma coletiva	120
5.2. Conflito entre acordo e convenção coletiva	121
6. Contrato individual de trabalho. Conflito entre contrato e norma coletiva (convenção ou acordo coletivo)	122
7. Regulamento interno de empresa	122
8. Laudos arbitrais	124
9. Hierarquia das fontes. Conflitos e soluções	125
 CAPÍTULO IV — A Hermen�utica. Interpretação. Integração. Aplicação do Direito do Trabalho. Métodos Básicos de Exegese. Origem. Conceito. Objeto. Regras	
1. Interpretação do Direito do Trabalho	131
1.1. Conceito e fundamentos	131
1.2. Sistemas e escolas de interpretação	132
1.3. Classificação da interpretação. Métodos básicos de exegese	138
2. Integração	142
2.1. Introdução	142

2.2. Auto-integração	145
2.2.1. Analogia e interpretação extensiva	147
2.2.2. A analogia em face de dispositivos especiais	147
2.2.3. A analogia e os dispositivos de exceção	149
2.3. Heterointegração	152
2.3.1. Jurisprudência	152
2.3.2. Doutrina	157
2.3.3. Eqüidade	159
2.3.4. A eqüidade no direito positivo	159
2.3.5. Direito Comparado	160
2.3.6. Costumes. Diferença entre usos e costumes. Elementos do direito consuetudinário. Classificação	163
2.4. Princípios	164
3. Aplicação do Direito do Trabalho	164
3.1. Aplicação do Direito do Trabalho no tempo. Direito adquirido e direito consumado	164
3.2. Aplicação do Direito do Trabalho no espaço	166
CAPÍTULO V — Princípios do Direito do Trabalho. Princípios constitucionais do Direito do Trabalho. Distinção entre princípio e norma ..	169
1. Princípios gerais do Direito	169
1.1. Princípios gerais do Direito. Implicações no Direito do Trabalho	170
2. Princípios constitucionais	170
3. Distinção entre princípio e norma. Conflito. Princípio da proporcionalidade ...	171
4. Princípios peculiares do Direito do Trabalho	176
CAPÍTULO VI — Renúncia e Transação. Comissões de Conciliação Prévia ...	193
1. Renúncia	193
1.1. Conceito e elementos	193
1.2. Irrenunciabilidade e conteúdo da norma	194
1.3. Renúncia expressa e tácita	195
1.4. Momento da renúncia	196
1.5. Renúncia e norma coletiva	199

2. Transação	201
2.1. Conceito e natureza jurídica	201
2.2. Transação e a Constituição da República de 1988	201
2.2.1. Transação. Limites. Cláusulas de convenção coletiva. Nulidade	201
2.3. Transação. Quitação pelo objeto do pedido e extinto contrato de trabalho feita em juízo. Diferença entre conciliação e transação	203
2.4. Transação e órgãos públicos	206
2.5. Transação extrajudicial. Programa de Incentivo à Demissão Voluntária. Efeitos	206
2.6. Conclusão	207
3. Comissões de Conciliação Prévia	207

CAPÍTULO VII — Relação de Trabalho e Relação de Emprego. Estrutura da Relação Empregatícia. Elementos Componentes. Natureza Jurídica. Relações de Trabalho *Lato Sensu*: Trabalho Autônomo, Eventual, Avulso, Portuário. Lei n. 8.630/1993. Estágio. Cooperativas de Mão-de-Obra. Contratos de Trabalho por Equipe

1. Relação de trabalho e relação de emprego	216
2. O trabalho autônomo	217
3. O trabalho eventual	218
4. O trabalho avulso	218
4.1. O trabalho portuário desenvolvido pelo avulso	220
4.2. Primeiros direitos trabalhistas assegurados aos trabalhadores portuários avulsos	220
5. Estagiário	221
5.1. Regulamentação	221
5.2. Requisitos	221
5.3. Aspectos formais e materiais	222
5.4. Jornada	223
5.5. Residência médica	224
6. Cooperativas de mão-de-obra	224
7. Contratos de trabalho por equipe	226

CAPÍTULO VIII — Contrato de Trabalho: Denominação, Conceito, Classificação. Caracteres. Natureza Jurídica. Requisitos. Elementos Integrantes	229
1. Denominação	229
2. Conceito	229
3. Classificação	230
4. Caracteres do contrato de trabalho	230
5. Natureza jurídica	234
6. Morfologia do contrato. Requisitos. Elementos	238
6.1. Requisitos do contrato de trabalho	238
6.2. Elementos	238
6.2.1. Capacidade do trabalhador em geral	238
6.2.2. Licitude do objeto. Cambista de jogo de bicho	240
6.2.2.1. Rinhas de galo. Vendedores de rifa	243
6.2.3. Consentimento	244
6.2.4. Causa lícita	246
6.2.5. Legitimação. Ilegalidade da permanência de estrangeiro no país. Contratos que exigem formação específica	247
6.2.6. Elementos acidentais: termo e condição. Cláusula de não-concor- rência	248
7. Sujeitos do contrato de trabalho	253
8. Prova do contrato de trabalho	253
 CAPÍTULO IX — Empregado. Conceito. Caracterização (pressupostos). Altos empregados: exercentes de cargo de confiança e trabalhadores intelectuais. Coexistência da condição de empregado com a de sócio. Mãe social. Índio. Aprendiz. Empregado a domicílio. Teletrabalhador. Empregado doméstico	256
1. Conceito e caracterização	256
2. Altos empregados	264
2.1. Empregado ocupante de cargo de confiança	265
2.1.1. Conceito	265
2.2. Diretor de S/A	267

3. Conseqüências práticas da qualificação jurídica	270
4. Ocupantes de cargo de confiança específica	272
5. Trabalhadores intelectuais	274
5.1. A extensão da legislação trabalhista aos intelectuais	274
5.2. Conceito	275
5.3. Subordinação jurídica	276
5.3.1. Redimensionamento do Direito do Trabalho	276
5.3.2. A insuficiência da subordinação objetiva e a necessidade do “direito residual de controle”	277
5.3.3. A importância da autonomia da vontade	279
5.4. O trabalho parassubordinado	281
5.5. Aspectos considerados pela jurisprudência para enquadrar como empregados determinados trabalhadores intelectuais	283
5.6. Conclusão	292
6. Coexistência da condição de sócio com a de empregado. Desconsideração da personalidade jurídica	294
6.1. Desconsideração da personalidade jurídica da sociedade	297
7. Atleta	298
7.1. Árbitro de futebol	299
7.2. Treinador profissional de futebol	300
8. Mãe social	301
9. Relação de emprego entre familiares, entre cônjuges ou pessoas que vivam em regime de união estável	303
10. Índio	303
11. Aprendiz	306
12. Trabalhadores que se situam na chamada “zona grise”	309
13. Trabalhadores a distância	312
13.1. Empregado a domicílio	312
13.1.1. Escorço histórico	312
13.1.2. Setores que se utilizam do trabalho a domicílio	312
13.1.3. Intervenção legislativa	312
13.1.4. Conceito	313
13.1.5. Vantagens e desvantagens do trabalho a domicílio	315

13.1.6. O perfil do trabalhador a domicílio	316
13.1.7. O trabalho a domicílio e a legislação estrangeira. Tendências	317
13.1.8. O trabalho a domicílio no Brasil	317
13.2. O teletrabalho. Novas tecnologias. Novas formas de subordinação jurídica	317
13.2.1. Teletrabalho e trabalho a domicílio	318
13.2.2. Vantagens e desvantagens para a empresa	319
13.2.3. Vantagens e desvantagens para o trabalhador	320
13.2.4. Vantagens para o meio ambiente	321
13.2.5. O enquadramento jurídico do teletrabalhador. Indicadores valiosos para a identificação da subordinação jurídica.	321
13.2.6. Alteração contratual	324
13.2.7. Direitos assegurados ao teletrabalhador. Deveres do empregado ..	324
13.2.8. Riscos para a segurança e saúde dos teletrabalhadores	325
13.2.9. O teletrabalho e a legislação estrangeira. Primeiras manifestações legislativas	328
13.2.10. Instrumentos de trabalho	329
13.2.11. Segurança, higiene e saúde no trabalho	329
13.2.12. Deveres secundários	329
13.2.13. Participação e representação coletivas	330
14. Empregado doméstico	330
14.1. Evolução legislativa	330
14.2. Conceito	331
14.3. Pessoa que presta serviços de acompanhamento ou enfermagem no âmbito familiar ou em casa de repouso, em caráter particular	334
14.3.1. Serviço doméstico a pessoas que vivem comunitariamente — República de estudantes	336
14.3.2. Serviços de natureza doméstica a um condomínio	336
14.3.3. Empregada a domicílio	336
14.3.4. Pedreiro que trabalha na construção de residência	337
14.3.5. “Diarista”. Tendência na legislação estrangeira	338
14.3.6. Serviço doméstico acumulado com serviço em atividade lucrativa ..	344
14.3.7. Acréscimo de atividades	344

14.4. Direitos assegurados ou não ao doméstico	345
14.4.1. Lei n. 5.859, de 1972, e Constituição da República de 1988	345
14.4.2. A licença-maternidade	345
14.4.2.1. Concessão da licença-maternidade	346
14.4.3. Vale-transporte	346
14.4.4. Estabilidade provisória. Doméstica	346
14.4.4.1. Estabilidade provisória e acidente do trabalho	348
14.4.5. Férias	348
14.4.6. Repouso aos domingos e feriados. Doméstica	351
14.4.7. Salário mínimo. Irredutibilidade de salário	353
14.4.8. Uso de uniforme	355
14.4.9. Jornada de trabalho	356
14.4.10. Aviso prévio	356
14.4.11. FGTS	356
14.4.11.1. Seguro-desemprego	356
14.4.12. Salário-enfermidade relativo aos 15 primeiros dias de afastamento por doença	357
14.5. Justas causas	357
14.6. Contrato de experiência ou de prova. Tendência na legislação estrangeira ...	358
14.7. Pedido de demissão. Assistência e multa a que se referem os art. 477 e parágrafos da CLT e 467 do mesmo diploma	359
14.8. Responsabilidade civil das agências de empregados domésticos	359
14.9. Sucessão	360
14.10. Direitos sindicais	360
14.11. A representação do empregador doméstico na Justiça do Trabalho	361
14.12. Impenhorabilidade dos bens a que alude a Lei n. 8.009, de 1990, e empregado doméstico	362
14.13. Prescrição e créditos dos empregados domésticos	362

CAPÍTULO X — Empregador. Conceito. Caracterização. Empresa e Estabelecimento. Cartório não Oficializado. Grupo Econômico. Sucessão de Empregadores. Consórcio de Empregadores. Situações de Responsabilização Empresarial

1. Conceito legal	363
-------------------------	-----

2. Conceito de empresa e estabelecimento. Natureza jurídica	363
3. Tipos de empregador	366
3.1. Empregador por equiparação	366
3.1.1. Partido político	366
3.2. Edifício de apartamento. Condomínio	367
3.3. Falência e empresas em liquidação	369
3.4. Patrimônio hereditário	370
3.5. No usufruto	370
3.6. Empregador aparente	370
3.7. Agentes políticos. Agentes públicos	370
3.8. Cartório não oficializado	371
4. Subempregada	374
5. Grupo econômico	376
6. Sucessão de empregadores: conceito, requisitos e natureza jurídica. Sucessão total ou parcial	381
6.1. Sucessão em face do fenômeno da globalização. Posição das partes. Responsabilização	384
7. Pessoa jurídica de direito privado sucedida pela União ou por Estado-membro. Penhora	387
8. Sucessão. Hasta pública. Concessão de serviço público	387
9. Desmembramento de municípios	388
10. Sucessão. Âmbito doméstico	389
11. Sucessão. Provedores da <i>internet</i>	389
12. Sucessão. Transferência de marca	393
13. Sucessão e privatização de empresa	393
14. Sucessão. Suspensão e interrupção contratual	393
CAPÍTULO XI — Trabalho Rural: Empregador, Empregado e Trabalhador Rural. Normas de Proteção ao Trabalhador Rural	394
1. O trabalho rural no Brasil. Evolução legislativa	394
2. Conceito	396
2.1. Enquadramento do “bóia-fria” e do “turmeiro” ou “gato”	398

2.2. Enquadramento dos motoristas, apontadores, fiscais, tratoristas, pedreiros, empregados de escritório, professoras de escola rural, forneiros, trabalhadores do campo de empresa agroindustrial	399
2.3. Trabalhador de cooperativa agrícola	403
2.4. Cooperado e trabalhador rural	403
2.5. Condomínio rural	405
2.6. Trabalho temporário no meio rural	406
3. Fenômeno contratual da promiscuidade	406
4. Contratos mistos	407
5. O caráter <i>intuitu personae</i> do contrato de trabalho do rurícola	408
6. Sucessão	408
7. Duração do trabalho	409
7.1. Jornada, horário e intervalos	409
7.2. Horas <i>in itinere</i>	410
8. Férias	411
9. Faltas ao serviço. Compras. Controle de frequência	412
10. Salário <i>in natura</i>	413
11. Equiparação salarial	415
12. Adicional de insalubridade e periculosidade	416
12.1. Exposição a raios solares	417
13. Oscilações climáticas e trabalho rural	418
14. O trabalho rural do menor	419
14.1. Aprendizagem	419
15. Licença-maternidade	419
16. Salário-família	420
17. Despedida de empregado rural implica igualmente despedida de empregados componentes do mesmo núcleo familiar?	421
18. Ação de despejo	422
19. Relação de trabalho controvertida. Rescisão indireta não comprovada e suas conseqüências	423
20. Aviso prévio	427
21. Indenização. Limite de 60%	428

22. Indenização e safrista. Contrato coletivo de safra	429
23. Indenização e soma de períodos descontínuos de trabalho	430
24. Programa de Integração Social	432
25. Impenhorabilidade de módulo rural	432
26. Prescrição	433

CAPÍTULO XII — Trabalho Temporário. Terceirização no Direito do Trabalho. Terceirização Lícita e Ilícita. Entes Estatais e Terceirização. Responsabilidade na Terceirização 434

1. Trabalhador temporário	434
1.1. Escorço histórico	434
1.2. Conceito	436
1.3. Vantagens	436
1.4. Prazo de duração	437
1.5. Co-contratantes	437
1.6. Poder de comando	437
1.7. Direitos assegurados ao trabalhador temporário	438
1.8. Indenização prevista no art. 12 da Lei n. 6.019, de 3 de janeiro de 1974, e FGTS (Lei n. 8.036, de 1990)	438
1.9. Contrato de trabalho temporário seguido de contrato de experiência	440
1.10. Justa causa	441
1.11. Competência	441
2. Terceirização no Direito do Trabalho	441
2.1. Terceirização lícita e ilícita. Entes estatais e terceirização. Responsabilidade	441

CAPÍTULO XIII — Trabalho Voluntário e Trabalho Religioso 448

1. Trabalho voluntário	448
1.1. Introdução	448
1.2. Conceito	448
1.3. Termo de adesão	450
1.4. Ressarcimento de despesas. Auxílio financeiro a jovens egressos de unidades prisionais e a grupos de jovens submetidos a maiores taxas de desemprego. Estímulo ao primeiro emprego	450

1.5. O trabalho voluntário e a Lei n. 10.029, de 20 de outubro de 2000	451
1.6. O trabalho voluntário e a legislação italiana	452
2. Trabalho religioso	453
2.1. Introdução	453
2.2. Natureza da atividade religiosa	454
2.3. Serviços de natureza religiosa prestados ao ente a que pertence o religioso. Impossibilidade de constituir objeto de um contrato de trabalho ...	455
2.4. Serviço não religioso prestado por sacerdotes ou freiras ao ente a que pertencem	458
2.5. Nova tendência doutrinária e jurisprudencial sobre o trabalho religioso prestado em favor de terceiro na Itália	462
2.6. Sacristães, organistas e campanários	463
2.7. Colportor	464

CAPÍTULO XIV — Modalidades de Contrato de Emprego. Tipos de Contrato a Termo. Contrato de Experiência e Período de Experiência. Contrato de Emprego e Contratos Afins. Diferença entre Contrato de Trabalho e Prestação de Serviços. Empreitada, Mandato, Representação Comercial, Sociedade e Parceria. Pré-Contrato. Responsabilidade Pré-Contratual	469
1. Introdução	469
2. Contrato de experiência	472
2.1. Contrato de experiência e período de experiência	472
2.2. Conceito	472
2.3. Natureza jurídica	472
2.4. Forma. Tendência na legislação estrangeira	473
2.5. Classificação e prazo	474
2.6. Equívoco na contagem do prazo	475
2.7. Objeto	476
2.8. Contrato de experiência que sucede a um contrato temporário	477
2.9. Prorrogação	477
2.10. Renovação	478
2.11. Necessidade ou não de expor as razões pelas quais não prosseguiu o contrato	479

2.12. Contrato de experiência e empregado rural	479
2.13. Contrato de experiência e empregado doméstico. Tendência na legislação estrangeira	480
2.14. Contrato de Experiência. Consórcio de empresas	481
2.15. Contrato de experiência e doença no seu curso	481
2.16. Contrato de experiência e estabilidade provisória	481
2.17. Cessação do contrato de experiência e direitos assegurados ao empregado	482
3. Contrato de safra	484
4. Contrato de trabalho temporário	485
5. Contrato de trabalho do atleta profissional do futebol	486
6. Contrato de trabalho do artista	488
7. Contrato por obra certa	488
8. Técnico estrangeiro	489
9. Contrato por prazo determinado instituído por convenções e acordos coletivos ..	489
9.1. Admissão sob a égide da Lei n. 9.601, de 21 de janeiro de 1998	489
9.2. Limite fixado para contratação sob essa modalidade de contrato a termo ...	490
9.3. Direitos assegurados	491
9.4. Empresas com preferência na obtenção de recursos no âmbito dos programas executados pelos estabelecimentos federais de crédito	493
9.5. Violação aos preceitos contidos na Lei n. 9.601, de 1998	493
10. Contratos com cláusula de duração mínima	493
11. Contrato de emprego e contratos afins. Diferença entre contrato de trabalho e prestação de serviços, empreitada, mandato, representação comercial, sociedade e parceria	494
11.1. Contrato de prestação de serviços	494
11.2. Empreitada	495
11.3. Mandato	496
11.4. Representação comercial	498
11.5. Contrato de sociedade	500
11.6. Parceria rural	501
12. Pré-contrato. Responsabilidade pré-contratual. Conceito. Elementos. Natureza jurídica. Fundamentos. Efeitos no contrato de trabalho	502
12.1. Conceito. Elementos	502

12.2. Natureza da responsabilidade pré-contratual	504
12.3. Fundamento da responsabilidade pré-contratual	504
12.3.1. Pré-contrato e contrato preliminar	505
12.4. Efeitos no Direito do Trabalho. Perdas e danos	505
CAPÍTULO XV — Formas de Invalidade do Contrato de Emprego. Nulidades Total e Parcial. Trabalho Ilícito e Trabalho Proibido. Efeitos da Declaração de Nulidade. Contrato de Trabalho Prostitucional na Alemanha. Trabalho Forçado	507
CAPÍTULO XVI — Contrato de Emprego do Servidor Público: Princípios de Direito Administrativo, Tipos de Servidores, Estabilidade, Contratação por Prazo Determinado	516
1. Princípios do direito administrativo	516
2. A característica de ampliação crescente do Direito do Trabalho e o servidor público	518
3. Administração Pública e servidores de seu quadro. Concurso. Contratação irregular. Empregados de empresa pública e sociedade de economia mista. Aposentadoria e continuidade da prestação de serviços. Necessidade de novo concurso?	519
3.1. Mudança de regime jurídico de celetista para estatutário. Limites à execução	524
4. A terceirização e os órgãos da administração	524
5. Acumulação de cargos	527
5.1. Policial militar. Reconhecimento de vínculo empregatício	528
6. Cargos em comissão	528
7. Alteração de jornada. Servidor público	529
8. Regimes jurídicos diversos. Equiparação salarial	529
9. Estabilidade assegurada no art. 41 da Constituição da República de 1988	530
10. Estabilidade provisória e leis eleitorais	531
11. Assistência a que alude o art. 477 da CLT e multa do art. 8º do referido preceito legal	532
12. Legislação federal aplicável aos servidores públicos dos Estados e Municípios	533
13. Vale-transporte. Servidor público celetista	533

CAPÍTULO XVII — Trabalho do Menor. Conceito de Criança e Adolescente. Efeitos da Contratação. Normas de Proteção. Limites. Estagiário e Aprendiz. Conselhos Tutelares	534
1. Introdução	534
2. Fundamentos da tutela especial	535
3. Evolução legislativa	536
4. O trabalho do menor e a ação internacional. Tendência	538
4.1. A concentração de trabalhadores menores no Brasil	541
5. O trabalho do menor à luz das Constituições brasileiras	541
5.1. Eficácia do contrato de trabalho do menor em face da lei vigente à época de sua admissão no emprego	543
6. Destinatários das normas trabalhistas constantes do Capítulo IV, do Título III da CLT	543
7. A capacidade laboral. Distinção entre criança e adolescente	544
8. Contratação e desligamento	545
9. Trabalhos proibidos. Fundamentos	547
10. Limites à jornada de trabalho do menor	550
11. Férias e repouso	551
12. Recibos	551
13. Prescrição. Direitos oriundos de sucessão	552
14. O salário do trabalhador rural menor	553
15. Deveres dos responsáveis legais	553
16. Deveres dos empregadores	554
17. O menor aprendiz.	554
17.1. Evolução histórica. Conceito de contrato de aprendizagem. Requisitos de validade. Distinção entre aprendiz e estagiário	554
17.2. Duração	558
17.3. Natureza jurídica	558
17.4. Obrigatoriedade de contratação de aprendizes	558
17.5. Locais destinados a ministrar o aprendizado	559
17.6. Restrições ao contrato de trabalho do aprendiz	560
17.7. Salário, jornada e FGTS em face das inovações introduzidas pela Lei n. 10.097, de 2000	560
17.8. Cessação do contrato de aprendizagem. Justa causa	561

18. Aspectos processuais relacionados com o trabalho do menor	562
19. Trabalho educativo	563
20. Conselho tutelar: composição e atribuições. Natureza do vínculo estabelecido com o conselheiro	564
21. Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE)	565
21.1. Introdução	565
21.2. Destinatários	565
21.3. Coordenação do programa	566
21.4. Contratação	566
21.5. Sanção	567

CAPÍTULO XVIII — Os Poderes do Empregador no Contrato de Emprego: Poder Diretivo, Regulamentar, Poder de Fiscalização e Disciplinar. Efeitos do Contrato de Emprego: Direitos, Deveres e Obrigações das Partes. Efeitos Conexos do Contrato: Direitos Intelectuais. Invenções do Empregado. Indenizações por Dano Material e Moral. Dano Coletivo	568
1. O fenômeno social e as primeiras manifestações de poder	568
2. Conceito de poder hierárquico	569
3. Crítica ao chamado poder hierárquico	569
3.1. Poder diretivo. Poder disciplinar. Poder regulamentar e poder de fiscalização	570
4. Conceito e fundamentos do poder diretivo	570
4.1. Titular do poder diretivo. Natureza jurídica e limites. Hipóteses de desobediência legítima. Ordem sobre a conduta extralaboral	571
4.2. Funções diretivas	573
4.3. A revista como função de controle	574
4.3.1. A revista em face da lei, da jurisprudência e da doutrina	574
4.3.2. Situações que justificam a revista. Meios e cautelas que deverão ser utilizados para reduzir os seus efeitos	576
4.3.3. Âmbito de realização da revista. Limites	576
4.3.4. Revista que pressupõe inspeção direta sobre o corpo do empregado. Exigência de que o empregado se desnude. Violação ao direito à intimidade	577

4.3.5. Revistas em objetos do empregado, veículo ou em espaços a ele reservados	580
4.3.6. O procedimento das revistas na legislação estrangeira: Itália. Espanha. França. China. Argentina. Canadá	581
4.4. Fiscalização por instrumentos visuais	584
4.5. Controle exercido por meio de polígrafo	586
4.6. Controle das comunicações do empregado no local de trabalho. O <i>e-mail</i>	589
5. O poder disciplinar	594
5.1. Conceito de poder disciplinar. Tipos de sanção	595
5.2. Fundamento. Novas posições	596
5.3. Natureza jurídica do poder disciplinar	597
5.4. Dosagem da pena	597
5.5. Norma regulamentar. Sindicância interna	599
6. Deveres do empregado	599
6.1. Conteúdo e limites do dever de obediência	599
6.2. Dever de diligência	602
6.3. Dever de fidelidade	604
7. Direitos dos empregados. Deveres do empregador	604
8. Direitos fundamentais, direitos humanos e direitos da personalidade	605
8.1. Gerações ou dimensões dos direitos fundamentais. Limites	606
8.2. Princípios	606
8.3. A internacionalização dos direitos humanos	607
8.4. Direitos fundamentais do trabalho sob o prisma da ação internacional	608
8.5. Direitos fundamentais à luz da Constituição da República de 1988. Eficácia mediata e imediata dos direitos fundamentais	609
9. Direitos da personalidade	611
9.1. Direito à integridade física do trabalhador	612
9.2. Direito à integridade intelectual do empregado. Direitos conexos	613
9.2.1. Introdução	613
9.2.2. Proteção aos direitos conexos	616
9.2.2.1. Direito de arena	616
9.2.3. Autor empregado. Direitos autorais	619

9.2.4. Invenções do empregado	620
9.2.4.1. Tratamento legal	620
9.2.4.2. Conceito	621
9.2.4.3. Invenções dos empregados. Cultivares	621
9.2.5. Liberdade de pensamento, crença religiosa, convicção filosófica, política ou sindical	624
9.3. Direito à integridade moral e lesão à honra	624
9.4. Direito à integridade moral. Lesão ao direito à intimidade	627
9.4.1. Revista abusiva	627
9.4.2. Restrição ao uso de banheiro	630
9.4.3. Submissão do empregado a exames para investigação do vírus HIV e de anticorpos de Hepatite B	630
9.5. Conclusão	630
10. Dano material, dano patrimonial e dano moral	631
10.1. Introdução	631
10.2. Conceito de dano moral	633
10.3. Cumulação de danos morais com danos materiais e estéticos	634
10.4. Natureza jurídica	635
10.5. Dano moral e competência da Justiça do Trabalho	635
10.6. Prova	636
10.7. Responsabilidade pré-contratual, contratual e pós-contratual	637
10.8. A compensação por danos morais. Parâmetros para fixação de valor	640
11. Dano coletivo	642
CAPÍTULO XIX — Duração do Trabalho. Jornada de Trabalho	646
1. Escorço histórico	646
2. Fundamentos e objetivos	646
3. Jornada e horário	647
3.1. Trabalho extraordinário. Necessidade imperiosa	647
a) Força maior	648
b) Recuperação do tempo perdido em decorrência de força maior	649
c) Serviços inadiáveis ou cuja inexecução possa acarretar prejuízos ma- nifestos ao empregador	649

3.2. Trabalho extraordinário não previsto nas hipóteses de necessidade im- periosa	649
3.3. Horas extras. Conceito. Natureza jurídica. Horas extras habituais e in- corporação à remuneração	650
3.4. Cálculo das horas extras. Comissionista. Salário fixo. Salário variável e salário misto	651
3.5. Horas extras. Supressão. Indenização	651
3.6. Minutos que antecedem ou sucedem a jornada	652
3.7. Tempo utilizado para troca de uniforme, lanche, higiene pessoal e ginás- tica	652
3.8. Participação em cursos e treinamento	653
3.9. Horas <i>in itinere</i>	653
4. Sobreaviso. Portadores de bipe, celulares e outros aparelhos semelhantes	657
5. Horas extras em condições insalubres e perigosas. Acordo de compensação de horas nesses locais	658
6. Jornada em turno ininterrupto de revezamento. Intervalo. Empregado horista	658
6.1. Ferroviários submetidos a escalas variadas com alternância de turnos. Aplicação do art. 7º, XIV, da Constituição da República de 1988	659
7. Jornada em regime de tempo parcial	660
8. Compensação. Conseqüências na hipótese de descaracterização do regime	660
8.1. Banco de horas	661
8.2. Regime de 12 x 36 horas de trabalho. Regime de 48 horas em uma se- mana e 40 horas em outra (semana espanhola). Semana inglesa	662
9. Empregados excluídos do direito a horas extras. Art. 62 da CLT. Cargos de confiança e serviços externos incompatíveis com fixação de horário	664
9.1. Horas extras. Empregado que reside no local de trabalho	665
10. Intervalo entre dois turnos (interjornada) ou para refeição (intrajornada)	665
10.1. Conseqüências legais em caso de desrespeito aos intervalos	667
10.2. Pausas e descansos. Digitadores, mineiros e trabalhadores em câmaras frigoríficas	669
11. Trabalho noturno no meio urbano e no meio rural	670
11.1. Cálculo do adicional noturno	671
11.2. Conseqüências nefastas advindas do trabalho noturno	672
11.3. Convenção n. 171 da OIT sobre trabalho noturno	673
11.3.1. Introdução	673

11.3.2. Campo de aplicação	674
11.3.3. Conceito de trabalho noturno	674
11.3.4. Medidas de proteção ao trabalhador noturno	674
11.3.5. Tutela conferida à trabalhadora noturna no ciclo gravídico-puerperal	675
11.3.6. Tratamento especial ao trabalhador noturno	676
11.3.7. Meios de aplicação da Convenção n. 171 da OIT	676
12. Obrigatoriedade de manter controle de horário	676
12.1. Prova da hora extra	677
13. Jornadas especiais do trabalho	677
a) Advogado	678
a.1) Dedicção exclusiva	680
b) Artista	680
c) Atleta	681
d) Bancário	683
d.1) Bancários excluídos das regras especiais. Função de confiança	686
d.2) Empregados de financeiras, bancos regionais, corretoras, distribuidoras de valores e empresa de processamento de dados que prestam serviço a banco	688
d.3) Empregados de cooperativas de crédito e administradoras de cartão de crédito	689
e) Digitador	690
e.1) Introdução	690
e.2) Enquadramento	690
e.3) Intervalo e jornada	691
f) Ferroviário	692
g) Jornalista	696
h) Mineiro	697
i) Professor	698
i.1) Participação em reuniões, permanência na sala de aula ou outro local aguardando pais de alunos, após o expediente ou durante os intervalos	699
i.2) Intervalo entre aulas, conhecido como “janela”	700
j) Telefonista	701

CAPÍTULO XX — Repouso Semanal Remunerado e Férias	705
1. Repouso Semanal Remunerado	705
1.1. Escorço histórico	705
1.2. Fundamentos.	706
1.2.1. Conceito. Características. Natureza jurídica	706
1.3. O repouso semanal à luz da CLT e da Lei n. 605, de 1949	706
1.4. Destinatários da Lei n. 605, de 1949	707
1.5. Empregada doméstica e o instituto do repouso	707
1.6. O repouso semanal remunerado do professor	709
1.7. Repouso semanal em empresas, cujas atividades, caracteristicamente, desenvolvem-se em fins de semana	709
1.8. Requisitos para aquisição do repouso	710
1.9. Remuneração do repouso. Critérios de cálculo	711
1.9.1. Trabalho realizado aos domingos sem folga compensatória	712
1.10. Derrogações ou exceções ao repouso aos domingos	712
1.10.1. Derrogações permanentes ao repouso aos domingos e feriados	713
1.10.1.1. O funcionamento dos supermercados aos domingos	714
1.10.1.2. Empresas autorizadas a funcionar aos domingos e esca- las de revezamento	715
1.10.2. Derrogações transitórias aos repouso	716
1.11. Violação aos preceitos contidos na legislação pertinente ao repouso se- manal e em feriados	716
2. Férias	717
2.1. Escorço histórico	717
2.2. Conceito	718
2.3. Fundamentos	718
2.4. Natureza jurídica	718
2.5. Tratamento legal	719
2.6. Do direito a férias. Duração e concessão	719
2.7. Férias e empregado menor	721
2.8. Ausências que não afetam o período aquisitivo de férias	721
2.8.1. Ausências que afetam o período aquisitivo de férias	721

2.9. Remuneração das férias e seu pagamento	722
2.10. Férias e cessação, dissolução ou terminação do contrato de trabalho	723
2.11. Férias-prêmio	724
2.12. Férias e Convenção n. 132 da OIT	725
2.13. Férias coletivas	727

CAPÍTULO XXI — Remuneração e Salário. Conceito. Distinções. Caracteres e Classificação do Salário. Diferença entre Salário e Indenização. Composição do Salário. Modalidades de Salário. Componentes da Remuneração	729
1. Introdução	729
2. Conceito. Distinção entre salário e remuneração. Efeitos práticos	730
3. Natureza jurídica do salário	731
4. Diferença entre salário e indenização	733
5. Caracteres do salário	733
6. Componentes	734
7. Salário <i>in natura</i> e utilidades não salariais	734
8. Utilidades não salariais	736
9. Utilidade fornecida por meio de comodato	741
10. O fornecimento do salário <i>in natura</i> em face da suspensão e da interrupção do contrato	742
11. Comissões	743
11.1. Conceito. Distinção entre comissões e percentagens. Natureza jurídica das comissões	743
11.2. Nascimento do direito às comissões	744
11.3. Inexecução do negócio por vontade do cliente ou do empregador. Cancelamento de vendas	745
11.4. Comissões. Vendas por meio de licitação	745
11.5. Comissões e exclusividade de zona. Comissões e cessação da relação de emprego	746
11.6. Vendas à prestação. Exigibilidade das comissões	747
11.7. Insolvência do comprador	748
11.8. Cláusula <i>star del credere</i>	748
11.9. Lastro ou fiança	749

11.10. Comissões. Repercussão na remuneração para os efeitos legais. Horas extras	749
11.11. Pagamento das comissões	750
11.12. Acumulação de funções	750
11.13. Alteração contratual e empregado comissionista	750
11.14. Equiparação salarial e empregado comissionista	751
12. Gratificação	752
12.1. Origem etimológica. Evolução do conceito. Critérios adotados para aferição do ajuste tácito	752
12.2. Classificação	753
12.3. Natureza jurídica. Efeitos da gratificação no contrato de trabalho	754
12.4. Gratificação concedida pelo empregador após preenchimento de certas condições	754
12.5. Gratificação natalina ou 13º salário	755
12.5.1. Destinatários	755
12.5.2. Época e valor do pagamento	755
12.5.3. Adiantamento. Dedução da primeira parcela. URV. Lei n. 8.880, de 1994	756
12.5.4. Ausências	756
12.5.5. Cessação do contrato de trabalho	757
13. Diárias	758
13.1. Conceito. Classificação. Natureza jurídica. Distinção entre diárias e ajuda de custo	758
14. Abonos	760
15. Prêmios	760
15.1. Conceito. Natureza jurídica. Classificação. Diferença entre prêmio, participação nos lucros e gratificação	760
16. “Bicho”	761
17. Gueltas	762
18. Luvas	762
19. <i>Stock options</i>	763
20. Gorjeta	764
20.1. Conceito. Classificação. Natureza jurídica. Efeitos práticos	764

21. Direito de arena	766
22. Adicional de insalubridade	767
22.1. Destinatários	767
22.2. Conceito	767
22.3. Base de incidência do adicional de insalubridade	768
22.4. O adicional de insalubridade como componente da remuneração do empregado	769
22.5. Adicional de insalubridade devido a empregado sujeito a mais de um agente agressivo	769
22.6. Fornecimento de Equipamento de Proteção Individual (EPI)	770
22.7. Adicional de insalubridade. Óleos minerais. Sentido do termo “manipulação”	771
22.8. Pedido de adicional de insalubridade. Agente nocivo diverso do apontado na petição inicial	771
22.9. Legitimidade do sindicato para atuar como substituto processual	771
23. Adicional de periculosidade	771
23.1. Destinatários	771
23.2. Conceito. Base de incidência	771
23.3. Incidência na remuneração do empregado	774
23.4. Não cumulação do adicional de insalubridade com o de periculosidade ...	775
23.5. Inserção em folha	775
23.6. Postulação em juízo	775
24. Adicionais de horas extras, noturnos e de transferência	776
25. Quebra de caixa	776
26. Participação nos lucros	777
26.1. Escorço histórico	777
26.2. Conceito e natureza jurídica	777
26.3. Fundamentos	778
26.4. Objeções à participação nos lucros	778
26.5. Participação nos lucros e regulamentação por meio de medidas provisórias	779
26.6. A participação nos lucros à luz da Lei n. 10.101, de 19 de dezembro de 2000	781
26.7. Questões práticas alusivas à participação nos lucros	783

27. Ajuda de custo	785
27.1. Natureza jurídica. Conceito	785
28. Verba de representação	787
29. Salário-família	787
30. Cessão do salário	788
31. Classificação do salário	789
31.1. Escorço histórico	789
31.2. Conceito. Estipulação. Garantia	790
31.3. Outras classificações de salário	791

CAPÍTULO XXII — Formas e Meios de Pagamento do Salário. Proteção ao Salário 797

1. Formas e meios de pagamento do salário	797
2. Proteção ao salário ou garantias salariais	798
2.1. Medidas de proteção ao salário contra abusos do empregador. O <i>truck-system</i>	799
2.2. Medidas de proteção ao salário contra os credores do empregador	807
2.3. Medidas de proteção ao salário contra familiares do empregado	807
2.4. Medidas de proteção ao salário contra credores do empregado	808

CAPÍTULO XXIII — Equiparação Salarial. O Princípio da Igualdade de Salário. Desvio de Função 809

1. Introdução	809
2. Identidade de função	810
3. Mesmo empregador	812
3.1. Empresas do mesmo grupo econômico	812
4. Equiparação Salarial. Sucessão. Trabalho temporário. Terceirização. Cessão ...	813
5. Regimes jurídicos diversos	814
6. Espaço físico como requisito necessário à isonomia	814
7. O Trabalho de igual valor e a contemporaneidade no exercício das funções. Vacância de cargo	815
7.1. Equiparação salarial e jornadas distintas	816
8. Equiparação salarial a empregados ocupantes de cargo de confiança ou executantes de trabalhos intelectuais ou artísticos	817

9. Maior formação teórica do paradigma. Profissões que exigem habilitação técnica	818
10. O tempo de serviço como requisito necessário à isonomia. Soma de períodos descontínuos	819
11. O quadro de carreira como obstáculo à equiparação salarial. Enquadramento. Reclassificação. Desvio de função	821
12. Readaptação como obstáculo à isonomia	822
13. Isonomia advinda de sentença judicial. Vantagens pessoais	822
14. A indicação do paradigma	823
15. A equiparação entre brasileiros e estrangeiros	823
16. A equiparação salarial e o rurícola	824
17. Cessão de empregados	825
18. Ônus da prova	825
19. Prescrição	826

CAPÍTULO XXIV — Alteração do Contrato de Emprego. Alteração Unilateral e Bilateral. Transferência de Local de Trabalho. Remoção. Reversão. Promoção e Rebaixamento. Alteração de Horário de Trabalho. Redução de Remuneração. *Jus Variandi*

1. Das alterações do contrato individual de trabalho e do pré-contrato	827
2. As alterações voluntárias e <i>jus variandi</i> . Qualificação profissional	828
2.1. Alteração qualitativa: modificação na função do empregado. Acúmulo de função. <i>Jus variandi</i>	830
2.1.1. Acumulação de funções e o empregado radialista	833
2.2. Alteração qualitativa imperativa (obrigatória)	835
3. Alteração quantitativa do contrato (salário)	835
4. Alteração do local de trabalho	839
5. Alteração na jornada e no turno de trabalho. <i>Jus variandi</i>	841
6. Prescrição	844
7. Conseqüências	844

CAPÍTULO XXV — Interrupção e Suspensão do Contrato: Conceito, Caracterização, Distinções. Tipificação. Situações Controladas. Anistia

1. Fundamentos	845
----------------------	-----

2. Traços comuns entre a interrupção e a suspensão do contrato	845
3. Conceito. Caracterização. Traços distintivos entre interrupção e suspensão do contrato	846
4. Classificação	847
4.1. Hipóteses de interrupção contratual	847
4.2. Hipóteses de suspensão contratual. Situações controvertidas	854
5. Efeitos	859
6. Fluência dos contratos a termo em face da suspensão e da interrupção do contrato ...	860
7. Anistia	861

CAPÍTULO XXVI — Resolução pelo Inadimplemento das Obrigações do Contrato. Justa Causa. Rescisão Indireta 863

1. Justa Causa	864
1.1. Conceito e requisitos	864
1.2. Circunstâncias que devem ser sopesadas na análise da justa causa	868
1.3. Elenco taxativo das justas causas. Espécies	868
1.4. Justas causas específicas	884
1.5. Natureza jurídica da despedida por justa causa	887
1.6. Atos faltosos praticados pelo empregador. Despedida indireta	887
1.7. Prova da justa causa	897
1.8. Conseqüências caso não seja comprovada a falta ensejadora da rescisão indireta	898
1.9. Permanência do empregado no trabalho e pleito de rescisão indireta	899
2. Assédio moral. Justa causa. Rescisão indireta	899
2.1. Introdução	899
2.1.1. O assédio moral. Terminologia. Primeiras manifestações	901
2.2. Conceito	902
2.3. Comportamentos configuradores do assédio moral	903
2.4. Elementos do conceito	905
2.5. Perfil do assediador	908
2.5.1. Efeitos	910
2.6. O assédio moral na legislação e na doutrina estrangeiras	910

2.7. O assédio moral no Brasil	913
2.8. A dificuldade da prova	916
2.9. Conclusão	916
3. O Assédio sexual. Justa causa. Rescisão indireta	916
3.1. Introdução	916
3.2. Conceito. Manifestações. Necessidade de repúdio	920
3.3. Legislação sobre a temática. Responsabilidade	922
3.4. Enquadramento da falta	924
3.5. Ônus da prova do assédio sexual	926
CAPÍTULO XXVII — Obrigações Decorrentes da Cessação do Contrato	928
1. Dissolução ou terminação do contrato	928
2. Aviso Prévio	929
2.1. Escorço histórico	929
2.2. Conceito e natureza jurídica	930
2.3. Finalidade	930
2.4. Presunção gerada pelo aviso prévio concedido	931
2.5. Duração do aviso prévio	931
2.6. Retratação	932
2.7. Dissolução do contrato	932
2.8. Estabilidade provisória	934
2.9. Aviso prévio e sua projeção no tempo de serviço. Indenização adicional ..	934
2.10. Aviso prévio indenizado. Prazo de pagamento das verbas rescisórias	935
2.11. Justa causa no curso do aviso prévio	936
2.12. Doença no curso do pré-aviso	936
2.13. Remuneração do aviso prévio	937
2.14. Irrenunciabilidade	937
3. Multa em decorrência de atraso no pagamento das verbas rescisórias	937
3.1. Multa e decretação de falência	941
3.2. Multa pelo descumprimento de norma coletiva. Obrigação assegurada em lei	942
3.3. Multa a que se refere o art. 652 da CLT. Penalidades administrativas impostas na forma do art. 114, VII, da Constituição vigente	942

3.4. Multa estipulada em cláusula penal	943
3.5. Multa na litigância de má-fé	943
3.6. Multa. Pessoa jurídica de direito público	943
4. Quitação. Homologação. Eficácia liberatória	943

CAPÍTULO XXVIII — Estabilidade e Garantias Provisórias de Emprego. Fundamentos. Conceito. Caracterização e Distinções. Formas de Estabilidade. Renúncia à Estabilidade. Homologação. Despedida de Empregado Estável. Efeitos	945
1. Fundamentos	945
2. Escorço histórico	945
3. Conceito de estabilidade decenária	946
4. Empregados excluídos da estabilidade decenária	947
5. Despedida obstativa da estabilidade	948
6. Natureza jurídica da estabilidade decenária	948
7. Dissolução do contrato. Efeitos. Reintegração e readmissão. Indenização. Re- núncia à estabilidade decenária	949
8. Relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa à luz da Constituição vigente	951
9. Denúncia da Convenção n. 158 da OIT	951
10. Outras formas de estabilidade	952
11. Garantias ou estabilidades provisórias de emprego	953
— 11.1. Dirigente sindical	953
11.1.1. Fundamentos da tutela ao dirigente sindical	954
11.1.2. Cargos que ensejam estabilidade. Sindicato sem registro	955
11.1.3. Dirigentes de associação profissional	956
11.1.4. Delegados que dirigem seções instituídas pelo sindicato	957
11.1.5. O registro da candidatura do empregado e a comunicação a que alude o art. 543, § 5º, da CLT. Caracterização da estabilidade provisória	957
11.1.6. Efeitos do afastamento do empregado dirigente sindical	959
11.1.7. Efeitos jurídicos da dissolução contratual do empregado diri- gente de sindicato. Inquérito. Antecipação de tutela	959

11.1.8. O registro da candidatura do dirigente sindical no curso do contrato por prazo determinado	960
11.1.9. Empregado eleito dirigente de sindicato que não guarda correspondência com a função por ele exercida na empresa.....	961
– 11.2. Representantes de empregados na CIPA. Garantia de emprego. Fundamentos. Empregado representante de empregador na CIPA	963
– 11.3. Empregada no ciclo gravídico-puerperal	964
– 11.4. Empregado acidentado. Garantia de emprego. Fundamentos	965
11.5. Diretores de sociedades cooperativas	966
11.6. Estabilidade provisória e membros de Comissão de Conciliação Prévia ...	967
11.7. Representantes dos empregados no Conselho Curador do FGTS	968
11.8. Representantes dos empregados no Conselho Previdenciário	968
11.9. Estabilidade provisória e leis eleitorais	968
11.10. Estabilidade provisória: empregado transferido, alistando, empregado às vésperas da aposentadoria. Asseguramento em Precedentes Normativos do TST	970
11.11. Estabilidade provisória e entidades que congregam profissionais liberais	971
11.12. Representantes de empregados de que trata o art. 11 da Constituição da República de 1988	971
11.13. Estabilidade provisória e portadores do vírus da AIDS	973
12. Considerações gerais	973
12.1. Estabilidade provisória e extinção da empresa	973
12.2. Estabilidade provisória no curso do aviso prévio	974
12.3. Estabilidade provisória e contratos determinados. Exceção prevista no § 4º do art. 1º da Lei n. 9.601, de 1998	976
12.4. Estabilidade provisória e renúncia	977
12.5. Aviso prévio no curso da garantia de emprego	979
12.6. Estabilidade prevista no art. 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição vigente	979
12.7. Estabilidade assegurada no art. 41 da Constituição	981
CAPÍTULO XXIX — O Fundo de Garantia do Tempo de Serviço	982
1. Instituição do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço	982

1.1. Primeiro momento histórico da flexibilização	982
1.1.1. Conselho Curador do FGTS	983
2. Constituição do FGTS. Dos depósitos. Natureza jurídica. Impenhorabilidade da conta vinculada	984
2.1. Dos saques	984
2.2. Trabalhador aposentado que continua trabalhando após o benefício previdenciário	987
2.3. Rescisão contratual fictícia	988
2.4. FGTS. Partilha de bens	989
3. Interdependência dos dois regimes	989
4. Prescrição	991
5. Expurgos inflacionários. Diferença de multa de 40%. Responsabilidade pelo pagamento	992
6. Atualização	993
7. Opção retroativa do FGTS	993
8. Prova	993
9. FGTS e multa prevista no art. 22 da Lei n. 8.036, de 1990. FGTS e art. 467 da CLT	993
9.1. Competência	995
10. Dispensa verificada por motivo censurável	995
11. Considerações gerais	996
CAPÍTULO XXX — Prescrição e Decadência	997
1. Introdução	997
2. Conceito de prescrição e decadência. Código Civil de 1916 e de 2002	997
3. Distinção entre prescrição e decadência	998
4. Prescrição, preclusão e preempção	1004
5. Início da contagem do prazo prescricional. Abrangência: cinco anos anteriores ao ajuizamento da ação	1004
6. Fundamentos	1006
7. Natureza jurídica	1006
8. Causas preclusivas da prescrição	1007

9. Prescrição e Constituição da República de 1988	1013
9.1. Prescrição da pretensão alusiva a institutos jurídicos assegurados na CLT e em legislação ordinária posterior. Prazo	1013
9.2. Os prazos prescricionais poderão ser alterados por acordo entre as partes? ..	1014
10. Prescrição e aviso prévio	1014
11. O termo <i>a quo</i> do prazo prescricional	1015
12. O termo <i>a quo</i> da prescrição e o prazo a que alude o art. 459 da CLT	1016
13. Prescrição total e parcial	1016
14. Congelamento e redução de gratificação	1018
15. Reenquadramento em plano de cargos. Desvio de função	1018
16. Complementação de aposentadoria	1018
17. Prescrição do direito de reclamar diferença salarial decorrente de sentença normativa	1020
18. Anotação da CTPS para fins de prova junto à Previdência Social. Pres- crição	1020
19. Prescrição e períodos descontínuos de trabalho	1020
20. A prescrição e os atos nulos	1020
21. Prescrição e FGTS	1021
22. Prescrição e PIS	1022
23. Mudança de regime jurídico	1022
24. Prescrição e compensação do dano moral	1022
25. Prescrição intercorrente	1024
26. A prescrição na interrupção e na suspensão do contrato de trabalho	1025
27. Prescrição. Doméstico	1026
28. Prescrição e créditos trabalhistas do empregado rural	1028

CAPÍTULO XXXI — Meio Ambiente do Trabalho. Segurança e Higiene do Trabalho. O Trabalho da Mulher. Discriminação no Contrato de Trabalho

1. Meio Ambiente do Trabalho. Segurança e higiene do trabalho	1034
1.1. Introdução	1034
1.2. Conceito de saúde	1036
1.3. Regras sobre edificações, iluminação, ventilação e instalações elétricas .	1037

1.4. Periculosidade. Trabalhos com eletricidade. Trabalhos com inflamáveis e explosivos	1038
1.5. Insalubridade	1038
1.6. Meio ambiente de trabalho	1039
1.7. Ritmo excessivo de trabalho. Regime de revezamento. Trabalho noturno ..	1039
1.8. Esforço físico	1042
1.9. Prevenção	1043
1.10. Órgãos de Segurança e de Medicina do Trabalho — CIPA e SESMT ...	1046
1.11. Sanções administrativas	1047
1.12. O dano à pessoa	1047
1.13. A defesa do meio ambiente de trabalho	1048
2. Trabalho da mulher	1055
2.1. Escorço histórico	1055
2.2. Primeiras leis sobre o trabalho da mulher no Brasil	1056
2.3. Restrições ao trabalho das mulheres	1057
2.3.1. Trabalho noturno	1057
2.3.2. Trabalho em condições insalubres, perigosas e penosas (nas mi- nerações, em subsolo, pedreiras e obras de construção pública ou particular)	1059
2.3.3. Trabalho em horas extras e com peso	1059
2.4. Proteção à Maternidade	1064
2.4.1. Influência das normas internacionais da OIT sobre a legislação brasileira	1064
2.4.2. Destinatárias da tutela legal	1064
2.4.2.1. Mãe adotiva e a Lei n. 10.421, de 15 de abril de 2002	1066
2.4.3. Duração da licença-maternidade	1068
2.4.4. Natureza das normas	1069
2.4.5. Parto antecipado	1069
2.4.6. Estado civil da mulher e nascimento sem vida da criança	1070
2.4.7. Falecimento da gestante. Tendência na legislação estrangeira	1071
2.4.8. Aborto	1072
2.4.9. Amamentação. Tendência	1073

2.4.10. Filhos gêmeos. Tendência na legislação estrangeira	1075
2.4.11. Mudança de função. Dispensa de horário para submeter-se a consultas médicas	1075
2.4.12. Empregos concomitantes	1075
2.4.13. Retribuição da licença-maternidade	1076
2.4.14. Garantia de emprego à gestante. Destinatárias. Inclusão da empregada doméstica	1078
2.4.15. Dispensa injusta de empregada gestante antes do início da licença-maternidade	1081
2.4.15.1. Dispensa injusta e não conhecimento da gravidez pela própria empregada	1084
2.4.16. Reintegração da empregada gestante	1085
2.4.16.1. Ajuizamento da ação após transcorrido total ou parcialmente o período da estabilidade provisória	1086
2.4.16.2. Justa causa. Demissão	1089
2.4.17. Contratos determinados e empregada gestante	1089
2.5. O combate à discriminação	1090
2.5.1. Discriminação contra a mulher casada ou trabalhadora grávida ...	1092
2.5.2. Proteção à intimidade da trabalhadora	1092
2.6. Revisão sugerida ao Capítulo III, do Título III, da CLT, intitulado “Da Proteção do Trabalho da Mulher”	1095
2.7. Penalidades	1096
2.8. Conclusão	1096
3. Discriminação no contrato de trabalho	1097
3.1. Introdução	1098
3.2. Conceito	1098
3.2.1. Momento da discriminação	1099
3.3. Razões ensejadoras da discriminação	1100
3.4. Discriminação direta, indireta e oculta	1102
3.5. Medidas sugeridas para o combate à discriminação. Ações afirmativas ..	1103
3.6. Discriminação por motivo de raça, estado civil e idade	1105
3.7. Discriminação por motivo de sexo	1109
3.7.1. Introdução	1109

3.7.2. A ação internacional e o combate à discriminação contra a mulher	1112
3.7.3. Igualdade de remuneração	1112
3.7.3.1. Conceito	1112
3.7.4. Igualdade de oportunidades e de tratamento. Convenção n. 111 da OIT	1121
3.7.4.1. Formação profissional, acesso ao trabalho, manutenção e condições de trabalho	1121
3.7.5. Discriminação direta e indireta sob o prisma do direito comunitário .	1128
3.7.6. O Ano Internacional da Mulher proclamado pelas Nações Unidas	1131
3.7.7. A Convenção das Nações Unidas e seu protocolo	1135
3.7.8. Estratégias avançadas de Nairobi para o progresso da mulher até o ano 2000. Avanços e recuos	1140
3.7.9. Ações afirmativas atribuindo tratamento especial às mulheres.....	1148
3.8. Deficiente físico: novas dimensões da proteção no mercado de trabalho	1153
3.9. AIDS no local de trabalho	1157
3.9.1. Introdução	1157
3.9.2. Características da infecção pelo vírus HIV	1159
3.9.3. AIDS e direitos fundamentais	1160
3.9.4. Declaração da OMS e da OIT sobre AIDS. Tratamento atribuído aos empregados portadores do HIV ou com AIDS	1161
3.9.5. Procedimentos e políticas no trabalho sobre HIV/AIDS no Brasil .	1161
3.9.6. Investigação do HIV/AIDS por ocasião da contratação ou no curso do contrato. O respeito ao direito à intimidade do trabalhador .	1162
3.9.7. A efetividade da tutela antidiscriminatória em alguns países	1168
3.9.7.1. Exigibilidade do teste em face do exercício de função que implique a possibilidade de contágio	1170
3.9.7.2. Informação e educação	1171
3.9.7.3. A infecção pelo HIV. Justa causa. Motivo justificado	1172
3.9.7.4. A rescisão do contrato e conseqüente reintegração. Dificuldade de se comprovar o tratamento discriminatório	1174
3.9.7.5. Capacidade parcial e incapacidade do soropositivo para o exercício das funções. Readaptação. Ações afirmativas .	1177

3.9.8. A possibilidade de contágio pelo HIV no trabalho. Precauções	1178
4. Discriminação e orientação sexual do empregado	1179

PARTE II — DIREITO COLETIVO DO TRABALHO

CAPÍTULO I — Direito Coletivo do Trabalho. Definição. Denominação.

Fontes e Princípios Jurídicos	1187
1. Definição. Denominação. Autonomia	1187
2. Evolução histórica	1189
3. Direito Sindical no Brasil. Evolução legislativa	1192
4. A evolução do Direito Coletivo brasileiro no plano constitucional. Fontes normativas	1192
5. Direito Coletivo na Constituição da República de 1988	1194

CAPÍTULO II — Liberdade Sindical. Convenção n. 87 da OIT. Organização Sindical. Conceito de Categoria. Categoria Diferenciada. Membros da Categoria. Dissociação de Categoria

1. Liberdade sindical	1201
2. Organização sindical	1204

CAPÍTULO III — Entidades Sindicais: Conceito, Natureza Jurídica, Autonomia e Estrutura, Prerrogativas e Limitações. Garantias Sindicais

1. Conceito de sindicato	1207
2. Natureza jurídica do sindicato no Brasil	1207
3. Autonomia sindical	1210
4. Prerrogativas sindicais (art. 513 da CLT). Contribuições para entidades sindicais em face da nova redação dada ao art. 114 da Constituição. Competência da Justiça do Trabalho	1212
5. Garantias do dirigente sindical	1220
6. Comunicação ao empregador do registro da candidatura do empregado	1220
7. Registro da candidatura ou aquisição do direito, em face da comunicação da garantia de emprego	1221
8. Fixação do número de dirigentes sindicais	1221
9. Efeitos do afastamento e da despedida do dirigente sindical sobre o contrato de trabalho	1222

10. Registro da candidatura do dirigente sindical no curso de contrato determinado	1222
11. Estabilidade provisória junto a sindicato de categoria que não guarda correspondência com a função exercida na empresa	1223
CAPÍTULO IV — Negociação Coletiva. Convenção Coletiva	1224
1. Negociação coletiva	1224
1.1. Negociação coletiva no serviço público	1226
2. Convenção coletiva e o art. 7º, VI, da Constituição da República de 1988	1229
2.1. Conceito e natureza jurídica da convenção coletiva	1229
3. Teorias contratuílistas, ecléticas, jurídico-sociais, normativas e mista	1231
3.1. Mandato	1231
3.2. Teoria da estipulação em favor de terceiros	1232
3.3. Teoria da gestão de negócios	1232
3.4. Teoria da personalidade moral e fictícia	1233
3.5. Teoria do pacto social	1234
3.6. Teoria da solidariedade necessária (<i>Rouast</i>)	1234
3.7. Teoria da representação legal	1234
3.8. Teoria institucional	1235
3.9. Teoria normativa de <i>Kelsen</i>	1235
3.10. Teoria da lei delegada	1235
3.11. Teoria mista	1236
4. Convenção coletiva e alteração de preceitos legais	1237
5. Convenção coletiva. Categoria diferenciada	1237
6. Elaboração, aprovação, efeitos, importância, prorrogação, revisão, denúncia e revogação das convenções coletivas	1237
7. Conteúdo da convenção coletiva	1238
8. Efeitos posteriores. Incorporação das cláusulas no contrato de trabalho	1239
9. Importância da convenção coletiva para o Estado	1239
9.1. Importância da convenção coletiva para o sindicato	1240
9.2. Importância da convenção coletiva como fonte de Direito	1240

10. Prorrogação, revisão, denúncia e revogação	1240
10.1. Revisão	1240
10.2. Revogação	1241
11. Forma e publicidade	1241
12. Substituição processual. Acordo e convenção coletiva	1241

CAPÍTULO V — Poder Normativo da Justiça do Trabalho. Dissídio Coletivo . 1243

1. Conceito	1243
2. Classificação dos dissídios coletivos	1244
3. Conteúdo das sentenças normativas	1244
4. Questões ligadas à interpretação de normas de caráter genérico, enquadramento sindical e disputa intersindical. Conflitos intersindicais, intra-sindicais e extra-sindicais. Competência da Justiça do Trabalho	1246
5. Partes no dissídio coletivo	1248
6. Instauração da instância. O pressuposto do “comum acordo” introduzido no § 2º do art. 114 da Constituição vigente pela Emenda Constitucional n. 45, de 2004	1248
7. Extensão da sentença normativa	1254
8. Revisão da sentença normativa	1254
9. Eficácia	1255
10. Natureza jurídica da sentença normativa	1258
11. Ação de cumprimento	1258
12. Dissídio coletivo no serviço público	1259
13. Dissídio coletivo e trabalho doméstico	1260

CAPÍTULO VI — Condutas Anti-Sindicais 1261

1. Conceito	1261
2. Mecanismos de tutela	1263
3. Os agentes da conduta anti-sindical	1264
4. Manifestação dos atos anti-sindicais	1265
4.1. Competência	1265
5. Prova	1267
6. A conduta anti-sindical na legislação estrangeira	1267
7. Condutas anti-sindicais no Brasil	1269

CAPÍTULO VII — A Greve no Direito Brasileiro	1273
1. Introdução	1273
2. Escorço histórico	1274
2.1. A greve como fato social e como direito	1276
3. Trajetória histórica no Brasil	1277
4. Conceito	1278
4.1. Natureza jurídica	1278
4.2. Modalidades de greve	1278
4.3. Deflagração da greve	1279
4.4. Efeitos no contrato	1280
4.5. Direitos e deveres dos grevistas	1281
5. Greve em atividades essenciais	1281
6. Limites ao direito de greve	1282
7. Responsabilidade pelos atos praticados durante a greve	1286
8. Greve no serviço público	1287

PARTE III — DIREITO COMUNITÁRIO DO TRABALHO

1. Origem e evolução das Comunidades Européias	1291
2. Nascimento da integração européia	1292
3. A livre circulação de trabalhadores	1295
4. Os três pilares da União Européia	1298
5. Princípio da subsidiariedade	1299
6. Estrutura institucional	1299
6.1. O Parlamento	1299
6.2. O Conselho	1300
6.3. A Comissão	1301
6.4. A Corte de Justiça	1302
6.5. O Tribunal de 1ª Instância	1304
6.6. Tribunal de Contas	1304
7. Natureza jurídica	1305
8. O ordenamento jurídico comunitário europeu	1306

9. Os aspectos constitucionais	1309
10. Política Social da Comunidade Européia	1311
11. O Progresso Integracionista na América do Sul	1328
12. Estrutura organizacional	1329
13. Etapas da implantação	1329
14. O Subgrupo 11	1329
15. Harmonização das leis	1329
BIBLIOGRAFIA	1337